

COMENTÁRIO

ISABEL P. MARTINS

Universidade de Aveiro

Comentar as intervenções anteriores implica, necessariamente, definir um quadro de referências no qual tal possa ter lugar.

Assim, considero que para responder à questão “O que ensinar no ensino secundário?” importa considerar e articular três pontos de vista:

- a) o da aprendizagem dos alunos,
- b) o do desenvolvimento curricular,
- c) o da formação de professores.

Sobre cada um deles procurei destacar alguns aspectos.

A aprendizagem

A preocupação com “o que ensinar...” está directamente relacionada com “o que deve ser aprendido...”, o que desloca o centro da questão do currículo e dos professores, para o dos alunos.

Visto o problema deste modo, significa que tenhamos de nos preocupar com processos de aprendizagem, com dificuldades de aprendizagem, com o desenvolvimento da motivação e do gosto para aprender, e com os recursos de aprendizagem.

Questões como estas, se parecem de carácter geral, isto é, poderem ser colocadas em todos os níveis de escolaridade, são de resposta particular em cada um deles.

O problema da aprendizagem não se resolve por os alunos quererem ou mesmo se disporem a fazê-lo. O desenvolvimento de estratégias de estudo é fundamental e isso é um assunto praticamente ausente das salas de aula do Ensino Secundário.

Os recursos didácticos são outra área a precisar de atenção especial. Não porque escasseiem os manuais escolares; aliás, a abundância a que se assiste prejudica e perturba o sistema pois tornando-se livre a sua oferta e na ausência de mecanismos efectivos que assegurem a sua qualidade, pode, junto dos mais incautos, “fazer passar gato por lebre”.

Falta um pensamento estruturado em torno destas questões que oriente intervenções específicas.

O desenvolvimento curricular

O currículo é, talvez, a área de maior visibilidade pública de qualquer sistema de ensino. É fácil perceber, ou antes apercebermo-nos, do número e tipo de cursos disponíveis, das disciplinas que os constituem (conteúdos e cargas horárias) e, através disto, com relativa ligeireza, ajuizar sobre a adequação de cada um para projectos de formação posterior.

No entanto, será necessário analisar os objectivos, os conteúdos e as orientações dos programas de cada disciplina e dos conjuntos de disciplinas para que a resposta a essa preocupação possa ser encontrada. Além disso, importa, antes de mais, saber se a formação de nível secundário permite aos jovens que a completem adquirirem uma compreensão do mundo e um saber-ser pessoal e social, indispensável para uma aprendizagem ao longo da vida.

Neste domínio há quem defenda que o ensino não seja centrado em conceitos mas em problemas ou temas onde os conceitos assumam relevância.

A formação de professores

Trata-se, no meu entender, da dimensão-chave de todos os sistemas de ensino formal.

Qualquer projecto de formação e educação formal ficará irremediavelmente comprometido se os professores não compreenderem o que está em causa mudar e se não souberem ou não tiverem meios para o fazer.

As mudanças ao nível do currículo instituído são relativamente fáceis, mas as mudanças de mentalidades são extremamente difíceis de concretizar. As novidades são, por vezes, até interessantes

aos olhos dos professores mas a sua concretização exige preparação, investimento dos próprios e meios e estímulos que nem sempre existem.

Nesta matéria penso que as instituições de formação de professores têm um longo caminho a percorrer. Os modelos de formação de professores precisarão de contemplar, de forma intencional, problemas específicos da formação de alunos do Ensino Secundário, para além de ser necessário repensar as consequências da formação monodisciplinar dos professores. Faltam modelos e práticas de formação de professores que introduzam no sistema formadores com competências de cariz interdisciplinar.

Procurarei agora posicionar-me perante os conferencistas anteriores.

O Ensino Secundário é uma charneira entre o Ensino Superior, que nalguns casos é visto como condicionando-o, e o Ensino Básico que hoje, e cada vez mais, é menos de carácter terminal. Para além de saberes académicos específicos, o Ensino Secundário deve responder aos desafios sociais, isto é, promover o desenvolvimento humano de um grupo de jovens muito heterogéneo, numa sociedade onde os meios de acesso à informação e formação crescem de forma espantosa. (Nota: crescerem os meios não significa crescer a formação através desses meios, Eugénio Lisboa, 1998).

Considero e defendo que há competências de cidadania que devem ser desenvolvidas em particular no Ensino Secundário, mas de forma transversal, em todas as disciplinas, e não através de uma qualquer disciplina a criar, e deve haver uma maior articulação entre o ensino formal e os meios de educação não formal. Para isso é indispensável que os professores conheçam e saibam promover a respectiva articulação.

Permito-me discordar da posição de Claude Rebaud sobre a primazia da orientação do Ensino Secundário sobre o que se faz no Ensino Superior. Em Portugal, atrevo-me a dizer, que no Ensino Superior pouco se sabe do passado dos alunos, além de que “pouco sabem...”. Já quanto ao Ensino Básico é relativamente fácil encontrar casos de professores que justificam a pertinência de determinados conceitos (por exemplo, em Ciências) pela relevância que eles terão no Ensino Secundário.

Defendeu Joaquim Azevedo que o ensino e formação de nível secundário deveria proporcionar uma base cultural comum, sólida e alargada para preparar itinerários de vida e de inserção sócio-profissional imprevisíveis; mais adiante acrescenta que nessa base deverá existir uma sólida cultura científica e técnica, ideia aliás corroborada por Claude Rebaud. Concordo inteiramente com o princípio, mas desconheço como pensam que tal poderia ser levado à prática.

A minha proposta vai no sentido de incluir na componente de formação geral comum a todos os cursos, uma disciplina de cultura científica e técnica. Não se trata de uma disciplina de ciências no

sentido tradicional, mas antes de uma disciplina sobre temas da actualidade de características pluridisciplinares e interdisciplinares, onde a dimensão científica é relevante.

Defendeu Joaquim Azevedo que a função do ensino e formação de nível secundário não deve fechar-se sobre si mesma ao assumir-se como uma fase de preparação para o prosseguimento de estudos. Concordo com a crítica mas apenas em parte. Com efeito, se há profissões que tradicionalmente são encaradas de raiz como, por exemplo, a medicina, o direito ou a engenharia, outras surgem numa fase mais tardia, muitas vezes por falta de alternativa às primeiras escolhas.

Penso que o Ensino Secundário deveria chamar a si também a função de orientação e pré-preparação para um leque variado de áreas profissionais. Ora, sendo os professores a classe profissional mais numerosa na maior parte dos países (Relatório Mundial da Educação 1998, UNESCO), deveria ser neste nível de escolaridade que uma atenção especial a esta profissão deveria ser proporcionada. Como motivar os alunos mais aptos para a escolha da docência, em qualquer um dos níveis de ensino, como actividade futura?

E termino com uma reflexão na qual também me incluo como destinatária.

Sabe-se que a investigação educacional afecta pouco o que os professores fazem na sala de aula, mesmo quando estes conhecem os seus resultados. (Aliás esta crítica não tem sido poupada de diversos quadrantes). Mas parece que essa mesma investigação afecta igualmente pouco o que fazem os formadores de professores, ainda que alguns deles sejam os próprios investigadores. É tempo de tomarmos colectivamente consciência da situação e nos responsabilizarmos pessoalmente por ela. E o Ensino Secundário é, inequivocamente, uma área onde importa investir.